

PROCESSO HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO ESTADO DE RONDÔNIA / HISTORICAL PROCESS OF THE IMPLANTATION OF EDUCATION AND THE CHALLENGES OF DISTANCE EDUCATION (EAD) IN THE STATE OF RONDÔNIA

Dirceu Bettiol
Graduado em Geografia e especialista em Psicopedagogia pela
Universidade Federal de Rondônia (Unir) – Campus de Rolim de Moura
profbettiol@unir.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar o processo histórico da implantação dos sistemas público e particular de ensino no estado de Rondônia. Com o avanço da tecnologia de informação o ensino foi se democratizando e chegando sem limites operacionais e institucionais às mais longínquas localidades do estado. O surgimento da EaD demonstrou, na prática, que a distância não é limite para as pessoas estudarem, criando novas oportunidades tanto para os alunos como para os profissionais, que passaram a atuar como tutores, adquirindo a visão de que o conhecimento pode ser oferecido e recebido das mais diversas formas e pelos mais diferentes métodos.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino Superior.

Abstract

This article aims to demonstrate how the historical process of the implantation of the public and private education systems in the State of Rondônia has occurred. With the advancement of information technology teaching has been democratized

and reached without operational and institutional limitations the most distant places of the state. The emergence of distance education demonstrated in practice that distance is not a limitation for people to study, creating new opportunities both for students and professionals, who started to act as tutors, acquiring a vision that knowledge can be offered and received in the most diverse forms and by the most different methods.

Keywords: Teacher training. Higher education.

Introdução

Conhecer um pouco da história da colonização do estado de Rondônia traz à tona um debate importante nesse processo, que é a educação. A exigência do ensino para os filhos dos que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 era um fator primordial. Diante das dificuldades inerentes à região, por ter seus aspectos naturais quase intocados pela presença do homem branco, passou-se a ter a necessidade da transformação desse espaço na busca de condições de vida. Essa transformação se deu através da oferta de terras em abundância para cada família. Nesse período os imigrantes foram tomando posse dos espaços

territoriais motivados pelo próprio sistema governamental, que incentivava a ocupação de toda a região e, principalmente, do Território Federal de Rondônia. Diante dessa concepção, as famílias foram adentrando a mata através de picadas feitas com foice e facão. Essas pessoas eram chamadas popularmente de **cacaieiros**.¹ Com a garantia da posse, já fixavam suas famílias debaixo de palhoças cobertas de folhas de palmeiras extraídas da floresta. Após a estabilização no local destinado a sua família, surgia a necessidade de aportes importantes, como saúde, educação, estradas etc. A educação passou, então, a ser um fator prioritário. Surge a necessidade de se unir e ir em busca dessa condição, que era obrigação do setor público: do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, ou do Município, pela Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, conseguiam levar para o local as mínimas condições de oferecimento do ensino primário, com escolas construídas de pau a pique e cobertas com folhas de palmeiras, professores leigos com a mínima escolaridade e alimentação oferecida pela Secretaria, mas feita para os alunos pelo próprio professor. Os materiais, como livros didáticos, também eram doados pelo Governo. Assim, deu-se início ao processo educativo para os alunos pioneiros do estado, de forma muito precária (BETTIOL, 2009).

Nas escolas multisseriadas,² com alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental estudando num único espaço e com um único professor, as dificuldades eram das mais variadas. O professor não tinha nenhuma instrução didático-pedagógica para ministrar aulas nessas condições; além disso, ocupava-se da preparação de merenda para os alunos. Os conflitos surgiam todos os dias, com pais reclamando das condições e do professor para as autoridades responsáveis. Como não havia estradas de acesso, na maioria das escolas rurais essa situação prevalecia por muito tempo até que as supervisoras fossem ao local para re-

solver os problemas, que às vezes já haviam sido solucionados pela própria comunidade, em razão da demora (BETTIOL, 2013).

O progresso que tanto era esperado pela população foi chegando aos poucos, com projetos de capacitação dos professores e Ensino Médio na modalidade modular, até ser implantada a Universidade Federal, que aos poucos foi suprimindo a necessidade de profissionais habilitados (BETTIOL, 2013).

Com o passar do tempo, surgiu a nova modalidade de educação a distância (EaD). Com a abertura e a criação de legislação específica, o Ministério da Educação deu início ao credenciamento de universidades e faculdades para oferecer a modalidade para todo o País, mais precisamente nos anos de 2004 e 2005, instalando polos de apoio presencial nos mais longínquos municípios brasileiros, não sendo diferente em Rondônia (BETTIOL, 2013).

Formação de professor

Com a formação mínima do professor, a Secretaria oferecia cursos periódicos de capacitação na modalidade presencial, ministrados por profissionais habilitados. No entanto, isso não bastava, pois o professor leigo teria que frequentar curso superior de licenciatura, mas havia professores que sequer portavam certificado de conclusão de Ensino Médio. Assim, o Estado teria que oferecer os cursos na modalidade modular, até que surgissem oportunidades de implantação de uma faculdade ou uma extensão da Universidade Federal, o que aconteceu com o passar do tempo.

Com a fundação da Universidade Federal, inicia-se um processo de capacitação do quadro leigo da rede de ensino do estado, em meados da década de 1980. Mas o processo era lento, com poucas vagas e apenas para alguns cursos, ou

¹ São imigrantes que adentravam o meio da mata carregando seus pertences nas costas.

² São escolas rurais concebidas com as quatro séries em um único espaço e período.

seja, esse tempo foi longo, chegando até a década de 2000, ao novo milênio, com a implantação de um projeto destinado especificamente aos professores leigos das redes municipal e estadual, o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores (Prohacap), convênio firmado entre a Fundação Rio Madeira (Riomar-Unir) e os estados e municípios, em que foram habilitados quase 100% dos professores das redes públicas de ensino (BETTIOL, 2009).

Ensino Superior

Com a implantação da extensão universitária através da Universidade Federal de Rondônia (Unir), foram aos poucos solucionando essa lacuna considerada crucial para com a qualidade do ensino no estado. A universidade foi instalada nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Presidente Médici, Rolim de Moura e Ji-Paraná. Através do projeto de interiorização e expansão universitária, a universidade passou a ofertar uma gama de cursos superiores de graduação e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, oferecendo oportunidades não somente nas áreas de licenciatura, mas também nas de bacharelado, dizimando de vez a figura do professor leigo no estado de Rondônia.

A carência ainda continua, mas com o projeto de expansão do Ministério da Educação (MEC) mais oportunidades surgiram para o Ensino Superior privado, que se alastrou em diversos municípios, principalmente naqueles com população acima de 50 mil habitantes, apresentando um bom número de cursos superiores, com bastantes opções para os jovens interessados em se profissionalizar.

Pressupostos da educação a distância

São muitos os dilemas do professor na construção de novas práticas pedagógicas. Há relatos de alguns momentos vividos no contexto da educação e algumas mudanças que trouxeram resultados positivos, como o uso das tecnologias (BETTIOL, 2009).

Está nas mãos de professores e professoras a prática renovadora que conduzirá ao melhor caminho para a aquisição do conhecimento, que deve ser construído com sensibilidade e competência. Essa necessidade surgiu porque a escola tem sido um palco a partir do qual não param de surgir contradições entre culturas. Esperamos, portanto, que ela seja um lugar de socialização do conhecimento por meio da aprendizagem.

Mudanças aconteceram no mundo e, consequentemente, também nas instituições de ensino. Uma dessas mudanças é que os professores deixaram de sonhar. O mundo mudou, o professor mudou, juntamente com a escola e os alunos. O professor mudou no sentido de ter deixado seus apegos e suas lembranças de momentos bons em sala de aula.

As transformações são percebidas facilmente no comportamento das crianças e dos jovens quando estão relacionadas aos fatores econômicos e políticos.

Requer certo esforço entender forças que impulsionam as transformações, pois elas provêm de resultados de inúmeros processos históricos. Diante dos resultados da Revolução Industrial e da Segunda Guerra Mundial, ocorreram diversas mudanças no modo de vida humano, que foi profundamente alterado por todo o processo de desenvolvimento. No entanto, os fatores que mais contribuíram para as transformações foram as tecnologias de informação e comunicação, que influenciaram diretamente as condições do ensino e da aprendizagem e do desenvolvimento de conhecimento.

Desde os primeiros tempos, a humanidade se esforçou para desenvolver formas de comunicação, desde as mais rudes, como soar de tambores, sinais de fumaça e mensageiros, até chegar aos nossos dias, quando as comunicações são facilitadas devido aos avanços tecnológicos (BETTIOL, 2013).

A comunicação é essencial no ensino-aprendizagem. Aprender é fundamental, mas, para a espécie humana, é a própria condição de sua humanidade. A família e a comunidade abrem espaço para a escola, a instituição que foi criada para sistematizar uma nova etapa do processo educativo.

Com a abertura do sistema pelo MEC, a partir da década de 2000, a educação a distância foi se alastrando pelo País, tanto pelas instituições públicas como pelas instituições privadas, nestas com mais intensidade, levando o processo de implantação e expansão da modalidade de forma acelerada para todo o território brasileiro. O sistema abriu-se de forma democrática, principalmente em localidades onde os jovens jamais sonhariam em fazer um curso superior. Isso aconteceu porque as exigências para a implantação de polos são mais flexíveis do que as de ensino presencial, que requer uma estrutura mais complexa e dispendiosa financeiramente, sendo necessários apenas espaços essenciais para salas de aula, coordenações, tutoria, biblioteca, laboratórios, banheiros femininos e masculinos com acessibilidade, assim como tutores habilitados por área, acesso à internet, materiais didáticos etc.

Com a abertura da modalidade EaD, criou-se oportunidade para aquelas pessoas que sonhavam em cursar o Ensino Superior nas mais distantes localidades do País. No estado de Rondônia, mais especificamente, na maioria dos municípios, com algumas exceções, foram credenciados polos de apoio presencial de universidades e faculdades devidamente autorizadas para oferecer essa modalidade pelo MEC, inclusive a Universidade Federal de Rondônia (Unir), com o programa de interiorização mediante a implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), gratuita. As demais, de cunho privado, têm mensalidades acessíveis às pessoas com baixo poder aquisitivo.

Docência na modalidade EaD

As práticas pedagógicas se sobrepõem às concepções pedagógicas. Assim, as opções que o

educador faz por determinado encaminhamento se refletem nas concepções. Essas concepções são produzidas no transcorrer de todo o processo de desenvolvimento do sujeito e estão sendo atualizadas permanentemente. Por isso, os conhecimentos especializados obtidos na graduação e na prática profissional colaboram para a configuração das concepções, mas sozinhas não conseguem reverter crenças profundamente arraigadas, que se solidificaram ao longo do tempo. Outro fato a considerar é que todo educador já foi aluno e, a partir daí, traz consigo um modelo de docência, o qual vai influenciar as suas primeiras experiências como profissional, dificultando ainda mais a adaptação aos novos estilos dos alunos.

Nesse sentido, fica difícil definir um tipo de docência plenamente constituído, pois são trazidas experiências do ensino tradicional, e a graduação é insuficiente para formar um novo modelo de educador. Percebe-se a necessidade de mudanças na formação dos educadores, de forma que as tecnologias sejam trabalhadas como meios, e não como fins, para preencher essa lacuna que existe entre a educação e as tecnologias. Notamos que as tecnologias foram absorvidas tardiamente nos ambientes escolares, o que acabou se refletindo diretamente na vida dos alunos.

No entanto, percebe-se que houve avanços nos últimos dez anos, mas ainda longe de ser o suficiente. É necessária uma disseminação sistemática, entre os educadores, de novas práticas pedagógicas agenciadas por tecnologia de informação e comunicação, com o intuito de melhorar e qualificar o ensino e a aprendizagem. Ignorar essas mudanças é o mesmo que não colaborar com os avanços da educação, pois as tecnologias estão aí e vieram para ficar, e os professores precisam estar preparados para educar a infância (BETTIOL, 2013).

O currículo deve ser pensado de maneira que atinja todas as culturas, despertando no aluno o interesse por uma nova aprendizagem, pois percebemos que as nossas crianças estão chegando à escola com uma bagagem de informação excelente

e que precisa ser levada em conta. Isso se deve ao fato de que a nossa comunidade escolar tem acesso às tecnologias e à informação da comunicação.

É preciso um ajuste com as práticas antigas. Algumas deixarão de fazer sentido, pois não podem superar as aprendizagens obtidas com as novas abordagens, enquanto outras precisarão ser reconstruídas para que se obtenham resultados. Investir na formação de educadores desde a sua graduação é importante; espera-se que a universidade adéque o seu currículo com o intuito de colaborar com esses avanços.

A EaD precisa de padrões tecnológicos, didáticos e pedagógicos para ser aplicada ao público, como um portal próprio, uma linha de base e raciocínio acompanhada dos mais modernos padrões de tecnologia digital, de forma que possibilite a comunicação em tempo real, o envio e o recebimento de trabalhos feitos em arquivos diversos, além do acompanhamento diário por profissional responsável pelo encaminhamento dos conteúdos.

Se tratarmos dessas novas tecnologias, o professor capacitado e conectado a elas poderá desenvolver um trabalho diferenciado com a sua comunidade escolar, utilizando também as redes sociais como instrumentos de acompanhamento e orientação pedagógica para os alunos. Assim, o educador se aproxima dessa nova cultura e incorpora novas práticas pedagógicas, necessitando apenas ter coragem para encarar os novos desafios e, com isso, fazer parte de uma etapa inovadora da educação escolar que está iniciando.

Vantagens da modalidade EaD

Como a maioria dos projetos implantados com modalidades diferentes das existentes na modalidade presencial, a EaD quebrou muitos paradigmas: a comodidade do aluno em estudar próximo a sua residência, sem ter que gastar com transporte diariamente até a instituição; os valores dos cursos oferecidos são acessíveis à maioria

das pessoas com baixo rendimento; é oferecida uma diversidade de cursos mais populares, de que a localidade necessita, principalmente os de licenciatura, que são a maior necessidade em virtude da demanda de profissionais para atuar nas escolas das redes municipais e estaduais; os materiais didáticos são disponibilizados impressos via correio e pela internet, ou seja, desde que o polo e os alunos tenham acesso à rede de comunicação, eles podem estudar sem sair de casa, indo ao polo apenas para tirar as dúvidas com os tutores locais e para fazer as avaliações exigidas pela instituição de ensino; a qualidade do ensino é equivalente à da modalidade presencial (prova disso é que os profissionais que cursaram a EaD passam com notas relevantes nos concursos públicos oferecidos pelo estado ou pelos municípios).

No estado de Rondônia, essa modalidade teve início em 2004, e depois foi se expandindo a cada ano. Atualmente está alastrada por todos os municípios do estado, por diversas instituições, quebrando o paradigma quanto à qualidade dos cursos oferecidos, tema que hoje nem se comenta mais, tendo essa qualidade sido provada pelos bons resultados de conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A tecnologia em favor do estado de Rondônia

Por mais que a região Norte do Brasil seja nova em relação ao desenvolvimento socioeconômico, suas perspectivas de inovação demonstram que ela tem acompanhado as demais regiões em velocidade acelerada, não ficando atrás. Sendo o estado de Rondônia pertencente a ela, também caminha para a atualização do segmento tecnológico, com disponibilização de acesso à rede mundial de computadores (internet) em todo o estado, facilitando a comunicação da população com o mundo cibernético.

Por essas vantagens, a EaD facilita o acesso de pessoas que estão localizadas nos mais diversos lugares (as quais jamais poderiam frequentar o sistema tradicional), através da disponibilidade

de acesso virtual, que não tem limites nem barreiras geográficas, dando a elas a possibilidade de ingressar no Ensino Superior.

Além da comodidade e da adequação a diferentes situações, como falta de tempo por conta do horário de trabalho, a EaD possibilita que o aluno opte por um horário mais adequado à sua realidade.

A autoaprendizagem exige do aluno esforço em buscar o conhecimento. Essa busca acontece através dos meios oferecidos a ele pela instituição de Ensino Superior (IES) na qual ele está ingressando, sendo orientado, logicamente, pelos seus tutores virtual e presencial, utilizando as ferramentas disponíveis no próprio portal da IES, assim como as bibliotecas virtual e física, e sites de busca da internet para subsidiar as atividades de pesquisa que cada disciplina exige para a progressão do aprendizado.

Com o uso da tecnologia sendo cada vez mais explorado, os programas a distância têm se tornando uma saída para aqueles que não têm disponibilidade. Dessa forma, surge a EaD, com o intuito de proporcionar a essas pessoas a possibilidade de estar inseridas em um curso de graduação, de pós-graduação, entre outros.

A EaD deve ser compreendida como uma modalidade de ensino em que se faz educação pela democratização do conhecimento, ou seja, o conhecimento precisa estar disponível a quem se dispuser a obtê-lo, independentemente do tempo, do lugar e das estruturas formais de ensino. Sem dúvida, é uma alternativa pedagógica de que hoje dispõem o educador e as instituições escolares.

Dessa forma pode acontecer no ensino presencial também, em que alguns se destacam mais do que outros; afinal, por mais que se exija, o comodismo é bem melhor do que se esforçar para aprender.

Quanto ao processo, de acordo com García Aretio (1995):

Educação a distância (EaD) é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que substitui o contato pessoal professor/aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria, que possibilitam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

As tecnologias de informação e comunicação repercutem em todo o trabalho educacional e, em particular, no trabalho do professor, dos alunos e da escola.

Entre as tecnologias da informação que estão atualmente difundidas na sociedade, merecem atenção a televisão, os celulares e os computadores, com especial ênfase na internet.

O problema de organizar, localizar, comparar e selecionar informações foi ficando cada vez mais complexo. Atualmente temos inúmeros formatos de pesquisa e armazenamento de informações.

O Google, o Yahoo, o Bing e outros sistemas de busca disponíveis na web e em telefonia móvel constituem esforços bem-sucedidos de facilitar parte desse trabalho, mas ainda há muito o que aprimorar.

Campo de trabalho e empregabilidade

Os profissionais graduados na modalidade EaD leem mais do que os da presencial, pois o próprio sistema exige esse esforço por parte do aluno, de buscar o conhecimento através de leitura e interpretação de textos para subsidiar suas avaliações. Por esse motivo, esses profissionais são mais preparados para passar em concursos públicos. Prova disso é que são eles que ocupam os primeiros lugares dos resultados de aprovação geral.

A demanda por profissionais nas diversas áreas, principalmente educação e saúde, no estado e nos municípios de Rondônia é grande; a modalidade presencial não teria autonomia suficiente para atendê-la, primeiro pelo pouco nú-

mero de IES e segundo pelo fato de elas não estarem estabelecidas na maioria dos municípios, sendo mais presentes nos municípios maiores e localizadas mais no eixo da BR-364, com apenas algumas fora desse eixo.

Por mais que as IES, através de seus polos credenciados, estejam distribuídas na maioria dos municípios – por possuírem uma estrutura mais compacta, com o atendimento essencial exigido pela legislação da EaD, e por oferecerem uma malha de cursos que atende às necessidades locais –, a carência de profissionais persiste justamente porque os municípios estão em plena estruturação administrativa, econômica e social. Outra questão é que a modalidade de EaD ainda é muito recente: poucas pessoas se formaram, já fizeram concurso público e estão atuando.

Por mais que perdue o preconceito com a modalidade, os profissionais formados dispõem dos méritos adquiridos pelo bom ensino oferecido pela IES. Por esse motivo, os candidatos aos cursos na modalidade EaD devem buscar informações, nos órgãos reguladores, a respeito do conceito de qualidade da IES pretendida, como afirma Dias (*apud* BERMÚDEZ, 2016):

No entanto, mesmo com essa abertura, não é possível dizer que o mercado de trabalho se encontra erradicado do preconceito contra o ensino a distância. Segundo Dias, esse processo é completamente normal, já que a aceitação a algo novo tende a ser gradual. “A resistência já foi muito maior do que é hoje. As pessoas têm uma tendência para questionar o novo, e é difícil aceitar algo tão disruptivo”.

As avaliações realizadas pelo Inep/MEC são relevantes para a garantia da qualidade através dos critérios preestabelecidos.

Já as escolas devem estar sempre atentas às avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), que libera anualmente indicadores como o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito

Enade. Os cursos são pontuados em valores de 1 a 5 – notas altas, como 4 e 5, mostram não só a regularidade da instituição, mas também a qualidade do curso frente ao mercado de trabalho (BERMÚDEZ, 2016).

Cabe também ao aluno exigir a garantia de sua qualificação com a qualidade que deve receber da IES e, como profissional, dispor-se a quebrar esse paradigma através das habilidades metodológicas adquiridas em seus estudos, para garantir a eficiência intelectual que a atividade profissional requer, demonstrando naturalmente que a modalidade EaD não influencia negativamente a aquisição do conhecimento. A partir dessas demonstrações práticas perceptíveis, a sociedade passará a não distinguir a qualidade dos profissionais de acordo com as modalidades de educação, mas pela satisfação quanto ao resultado profissional de cada um.

O reconhecimento e a aceitação da EaD como um processo de ensino-aprendizagem de qualidade se dá através da implantação de projetos baseados na lógica empresarial ou de mercado. O País demonstra um atraso nessa modalidade de ensino, pois existe uma falta de estrutura competente de fiscalização e adequação à realidade brasileira. Diante desse ensino, discute-se a validade da avaliação e formação por meio desse processo.

Segundo Landim (1997, p. 22):

A EaD é a modalidade de ensino-aprendizagem mais apropriada para reduzir as distâncias e os isolamentos geográficos, psicossociais, econômicos e culturais, caracterizando uma nova revolução na democratização do conhecimento.

Existem definições que dão melhor embasamento ao conceito da EaD. Entre elas, a mais citada é a seguinte:

O ensino a distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o estudante se possa realizar mediante textos

impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas (MOORE, 1972, p. 12 apud NUNES, 1992, p. 22).

De acordo com a maioria dos defensores da EaD, algumas das vantagens oferecidas pela modalidade são: massificação espacial e temporal, custo reduzido por estudante, população escolar mais diversificada, individualização da aprendizagem, quantidade sem diminuição da qualidade e autonomia no estudo.

A EaD também apresenta riscos: ensino industrializado, ensino consumista, ensino institucionalizado, ensino autoritário e ensino massificante.

A avaliação educacional tem sido foco de amplo debate a respeito dos processos avaliativos no âmbito da educação brasileira. As questões debatidas apontam a necessidade de adequar as práticas de avaliação à sociedade do conhecimento. Essa adequação exige dos professores novas atitudes, repensadas a partir das concepções que sustentam suas práticas.

A avaliação em EaD tem algumas características que são resultado do paradigma educacional proposto ao processo de ensino-aprendizagem e à natureza do processo específico.

Avaliar a aprendizagem na EaD é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Diante de fatores que apresentam uma complexidade, a avaliação não deve ocorrer apenas através de realização de provas e atribuição de notas. Ela fornece dados quantitativos que revelam resultados qualitativos.

A avaliação do aluno na EaD visa também promover a união entre teoria e prática, repensando o erro como ponto de partida para novas aprendizagens significativas de forma individual ou orientada. A informação é recolhida com base nas aprendizagens realizadas pelo aluno em atividades que respeitam seus anseios e necessidades através de um conjunto diversificado de instrumentos de avaliação.

A prática de avaliação da aprendizagem também deve ser alicerçada na ação-reflexão-ação, na transformação e na interdisciplinaridade, além de estar articulada com o projeto pedagógico e com novas concepções de aprendizagem. Dessa forma, propõe-se como processo de mediação da construção do conhecimento entre o que se ensina e o que se aprende, sendo caracterizada como avaliação mediadora, exigindo uma mudança na postura do professor. Ele precisa compreender as diferentes formas de aprender e acompanhar o processo de aprendizagem numa atitude de investigador sobre a trajetória de cada aluno.

Precisamos, então, assumir uma proposta de avaliação a partir da concepção mediadora, numa visão dialética do conhecimento humano, que busca compreender as possibilidades e os limites de aprendizagem do aluno, e subsidiar o professor para desenvolver ações que favoreçam uma evolução da aprendizagem dos educandos.

A avaliação em EaD englobará a avaliação da aprendizagem, mas também contemplará a avaliação do material didático e dos domínios administrativos e pedagógicos. Englobará a vertente institucional nas suas dinâmicas internas e externas, caracterizada pela continuidade e variedade de instrumentos aplicados. Os dados coletados facilitarão o redirecionamento da estrutura pedagógica.

Experiência na modalidade a distância

Como autor, trago para este artigo o conhecimento da vivência prática no resultado que o sistema proporciona para a comunidade escolar, tendo presenciado momentos de satisfação dos concluintes em mais de seiscentas formaturas, nos 32 municípios em que estivemos em um período de dez anos. Com mais de 8 mil formados nesta modalidade, sentimos o sabor, como representantes oficiais das IES que a oferecem, de confirmar a outorga de grau dos alunos, que, na maioria, são pais de família que conseguiram participar de um curso superior. Ao receber o capelo de sua outorga, esses alunos gritavam “eu

consegui” e agradeciam a todos os que deram a eles a oportunidade de ser um profissional de seus sonhos, com sabor de vitória.

Considerações finais

A avaliação na EaD, como vimos, tem pontos muito fortes baseados em autonomia, autodidaxia, pesquisa e autoria, competências importantes na formação de um indivíduo crítico e consciente. Porém, como o contato pessoal com os alunos é muito menor ou nulo na EaD, é muito difícil, por exemplo, o professor identificar individualmente os seus alunos ou observar essas mudanças comportamentais, critérios importantes para uma avaliação qualitativa.

Com base na afirmação de Freire (1979, p. 10), “a finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de conhecimentos que aumentam a consciência e a capacidade de iniciativas transformadoras dos grupos”, e sob toda visão teórica aqui resumidamente apresentada, são importantes algumas considerações a respeito dos procedimentos de avaliação.

A EaD é uma modalidade de ensino diferenciada, pois é uma educação apoiada em novas tecnologias de informação e comunicação. Esse modelo de educação, embora seja alvo de críticas, possibilita às pessoas que optam por ele profissionalizar-se, sendo para muitos um excelente instrumento para o acesso ao Ensino Superior, favorecendo a parcela que está excluída do seu alcance.

A internet é um meio que permite que o processo de ensino-aprendizagem não se prenda somente ao ensino em sala de aula, sendo uma ferramenta que fez esse sistema evoluir de forma avançada, ultrapassando os limites físicos e dando oportunidade para que educador e educando pudessem construir conhecimentos em todos os lugares.

As vantagens da EaD vão além de proporcionar a todos o direito ao Ensino Superior: ela também traz transformações relevantes no processo de avaliação, e o ensino é centrado no aluno.

Sabemos das debilidades do sistema, mas maiores do que elas são os avanços que foram dados a partir de sua implantação em nosso país. Atualmente não se ouvem mais as críticas preconceituosas que ouvíamos no passado, justamente devido ao aprimoramento, às avaliações realizadas pelo Inep/MEC e, principalmente, ao êxito de conhecimento adquirido pelo aluno formado e já ocupando sua função profissional por ter passado com bom conceito nos concursos públicos.

Para o estado de Rondônia, essa modalidade veio para expandir o conhecimento e cobrir uma grande lacuna que o sistema educacional superior tradicional não preenchia até a década passada.

Referências

- ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Bauru: Canal 6, 2007.
- ARROIO, A.; RÉGNIER, K. O novo mundo do trabalho: oportunidades e desafios para o presente. *B. Téc. Senac*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, maio/ago. 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Censo EaD.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- BERMÚDEZ, A. C. Entenda como está a inserção dos alunos EaD no mercado de trabalho. *Guia do Estudante*, São Paulo, 24 mar. 2016. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/pos-graduacao/ead/entenda-como-esta-insercao-profissionais-formados-distancia-mercado-trabalho-942180.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BETTIOL, D. Conteúdo e estratégias do ensino-aprendizagem. *Revista Farol*, Rolim de Moura, v. 9, p. 69-79, 2009.

BETTIOL, D. Metodologia em EAD. *Revista Farol*, Rolim de Moura, v. 12, p. 23-26, 2013.

BONILLA, M. H. S.; ASSIS, A. Tecnologias e novas educações. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 14, n. 23, p. 15-25, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero23.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARMO, P. S. do. *A ideologia do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCÍA ARETIO, L. *Educación a distância hoy*. Madrid: Uned, 1995. (Colección Educación Permanente).

GONÇALVES, C. T. F. Quem tem medo do ensino a distância? *Revista Brasileira de Educação a Distância*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 7-16, jul./ago. 1997.

LANDIM, C. M. M. P. F. *Educação a distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro, 1997.

LESSA, S. C. F. Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil. *Revista Brasileira de Aprendizagem a Distância*, São Paulo, v. 10, 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/Artigo_02.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

MELO, L. F. de. EaD e interatividade: conceitos em evolução. *Rumores*, São Paulo, v. 3, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51154/55224>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MINARELLI, J. A. *Empregabilidade: o caminho das pedras*. 21. ed. São Paulo: Gente, 1995.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NUNES, I. B. Pequena introdução à educação a distância. *Revista Educação à Distância*, Brasília, n. 1, 1992.